

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Incrá publica regras para aquisição de terras por estrangeiros – O Globo, Economia. 03/09/2013.....	4
MMA recebe doação de 952 mil hectares de terras na Amazônia. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/09/2013	4
Leitores de São Paulo criticam texto da senadora Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Pannel do Leitor. 09/09/2013	5
Jaques Wagner defende secretário que atirou contra MST. Tiago Décimo – O Estado de São Paulo, Política. 11/09/2013	6
Para Incra, desapropriar terras para Reforma Agrária é coisa do passado. Maria Gizele da Silva – Site do MST. 13/09/2013	7
O embate pela demarcação de terras. Rui Daher – Site da Carta Capital, Política. 13/09/2013.....	8
Disputa fundiária cria ‘vila fantasma’ – O Estado de São Paulo, Economia. 15/09/2013.....	10
Acampados do Joana D’arc conquistam um novo assentamento e lutam por indenizações. Itamar Ferreira – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 16/09/2013	11
Incrá apresenta proposta de crédito instalação da reforma agrária. Julia Grassetti – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 18/09/2013.....	12
Fim de demarcações trará mais conflitos, diz estudioso. Felipe Milanez – Site da Carta Capital, Política. 18/09/2013	13
Pá de cal na reforma agrária. Zander Navarro – O Estado de São Paulo, Opinião. 21/09/2013.....	17
Produtores rurais e jagunços fecham cidade, queimam casas de retireiros e ameaçam pesquisadores da UFMT, em conflito por terras da União – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/09/2013.....	19
Incrá assenta 120 famílias em dois projetos de assentamento em Pernambuco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/09/2013	21
Câmara debate Conselho de Política Indigenista. Venilson Ferreira -O Estado de São Paulo, Política. 23/09/2013.....	21
Câmara Técnica acelera destinação de terras na Amazônia Legal – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/09/2013.....	22
Pela 1ª vez, Itesp e Incra dividem gestão de assentamento na região de Ribeirão – Folha de São Paulo, Cotidiano. 24/09/2013	23

Direitos de produtores rurais também devem ser respeitados no processo de demarcação de terras indígenas – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/09/2013	24
Incra assegura 10 mil hectares para a reforma agrária em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/09/2013.....	25
MST conquista assentamento em área disputada desde a Revolta de Porecatu (PR) . Ceres Hadich e Diego Moreira – Site do MST. 25/09/2013	26
Plano Safra prevê R\$ 300 milhões para agricultura familiar sul mato-grossense – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/09/2013 ..	29
Comissão de Agricultura debate Plano Safra e reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2013	30
CNA quer um observador de Direitos Humanos na operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/09/2013	31
TJ suspende liminar de reintegração de posse em área invadida em Serrana – Folha de São Paulo, Cotidiano. 27/09/2013	32
RO: Terra Legal entregou mais de 200 títulos em faixa de fronteira – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/09/2013.....	33

Inkra publica regras para aquisição de terras por estrangeiros – O Globo, Economia. 03/09/2013

Valor Online

Para dar segurança jurídica e celeridade aos processos de arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) publicou a instrução normativa (IN) nº 76 hoje no "Diário Oficial da União" (DOU).

O texto, de acordo com o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, vai aprimorar o procedimento de tramitação de processos de interesse de pessoas estrangeiras.

"Tornamos mais claro o rito de como um estrangeiro precisa entrar no Incra e quais etapas a papelada segue até a aprovação ou não de seu pedido", explicou Guedes.

Segundo ele, nada muda na regulamentação e nas regras para concessão da propriedade. "As decisões continuarão a ser baseadas na regulamentação vigente. O que muda é a permissão para que todos que solicitam um processo saibam os passos para que ele receba a aprovação ou não da titularidade do imóvel", disse.

"O grande sinal que damos com essa IN é que nossa intenção é dar clareza aos processos de regularização, respeitando os trâmites da instrução normativa e da AGU. Para dar celeridade criamos um sistema interno de tramitação eletrônica", disse.

A partir de agora, o Incra deve consultar os ministérios envolvidos nas futuras atividades que serão desempenhadas nas propriedades. Hoje, a estatal consultava em alguns casos outras Pastas. A partir de agora, na grande maioria dos casos, o processo será encaminhado a outros órgãos. "Se for uma atividade agropecuária, a Agricultura e Desenvolvimento Agrário serão consultados. No caso do turismo, falaremos com o Ministério do Turismo e assim por diante", diz Guedes.

MMA recebe doação de 952 mil hectares de terras na Amazônia. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/09/2013

Decisão representa grande passo para a conciliação de interesses e mediação de conflitos

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) receberá do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa Terra Legal Amazônia, 952 mil hectares de terras públicas federais nos municípios de Parauari e Urupadi, no Estado do Amazonas. O ato foi assinado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, na tarde desta segunda-feira, (09/09). As terras sejam incorporadas às áreas protegidas pelo MMA, com a finalidade de serem destinadas ao uso sustentável e à preservação ambiental. "Esperamos inaugurar

uma nova fase para as unidades de conservação no Brasil, o que permitirá criar uma área já regularizada”, comemorou Izabella.

Com a transferência, o MDA dá grande passo do ponto de vista da conciliação de interesses e mediação de conflitos. A ministra acredita que a destinação dessas terras possibilita identificar os usos estratégicos, pois esta é uma área prioritária de conservação ambiental, importante do ponto de vista de endemismo, principalmente no tocante à fauna, e é estratégica também por seu perfil biológico.

Os diferentes órgãos envolvidos neste ato de destinação estão engajados na busca de alternativas capazes de ajudar a população que lá vive, pois o Amazonas precisa, urgentemente, na avaliação do governo federal, de uma estratégia que resolva a questão fundiária. A ministra ressaltou a importância do trabalho da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, que está gerando conhecimento e alternativas para se desenvolver modelos que coloquem as pessoas que vivem nessas áreas em contato com o desenvolvimento e com as políticas de proteção social.

A Câmara Técnica inclui representantes do MMA, MDA, Ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Fundação Nacional do Índio (Funai), e Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Seu objetivo é dar celeridade à destinação e regularização das glebas públicas federais ainda não destinadas na Amazônia, visando à redução do desmatamento ilegal na região.

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, todos os órgãos envolvidos são responsáveis pela preservação dos recursos naturais. “Em um país com as dimensões do Brasil não há como pensar políticas públicas sem ser do ponto de vista federativo, e, nesse sentido, é um grande desafio fazer a regularização fundiária”. salientou. Lembrou que um dos grandes desafios desse processo é compatibilizar interesses, e que acredita ser possível ao país continuar investindo na intervenção fundiária, que já destinou cerca de 90 milhões de hectares aos assentamentos, com inclusão produtiva e social de milhares de famílias.

Leitores de São Paulo criticam texto da senadora Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Painel do Leitor. 09/09/2013

Kátia Abreu inicia sua coluna "Causa inconfessável" ("Mercado", 7/9) desqualificando todos aqueles que, de alguma forma, atuam na defesa dos povos indígenas no Brasil.

Faz de conta que não sabe que, no mínimo dois séculos antes da existência do marxismo, a Igreja Católica, ou parte dela, já se ocupava de denunciar os desmandos praticados contra os índios.

Pode-se devolver a ela a mesma falácia: o palavrorio do artigo esconde o desejo inconfessável expresso na famosa frase do general americano Phillip Sheridan: "Índio bom é índio morto".

DORIVALDO SALLES DE OLIVEIRA (São Paulo, SP)

A senadora Kátia Abreu acusa a Igreja Católica de, ao lado dos índios, servir interesses comerciais concorrentes do Brasil.

O nacionalismo é o último reduto dos patifes, como definiu um antigo pensador inglês.

No século 19, o agronegócio brasileiro acusava os antiescravagistas de representarem interesses estrangeiros, o que nos legou para sempre a vergonha de ser a última nação a acabar com a escravidão. No século 20, os nazistas também acusavam judeus de serem contra a Alemanha.

A senadora escreve para dividir e instilar ódio e seu discurso faz mais mal à imagem de nosso agronegócio do que todas as ONGs indigenistas que ela ataca.

LEÃO SERVA (São Paulo, SP)

Jaques Wagner defende secretário que atirou contra MST. Tiago Décimo – O Estado de São Paulo, Política. 11/09/2013

Apesar da pressão da oposição - e até de alguns aliados na Assembleia Legislativa - pela exoneração do subsecretário de Segurança Pública da Bahia, Ary Pereira de Oliveira, que nesta terça-feira, 10, atirou contra integrantes do MST que protestavam na frente da sede da secretaria, o governador baiano, Jaques Wagner (PT), defendeu o subordinado e acusou o MST de ter cometido "um exagero".

Segundo Wagner, "as pessoas não podem confundir democracia com baderna" e "não é razoável que a sede da Segurança Pública ou de qualquer outra secretaria seja invadida por uma porção de gente com foice, facão, enxada".

"Pode ter sido um ato limite do subsecretário, mas foi um ato para impedir que algo muito pior acontecesse, que seria a ocupação da Secretaria de Segurança por completo", justificou o governador, em entrevista para uma rádio local. "(O tiro) foi para intimidar e não se (deixar) concluir o processo de ocupação e invasão no prédio da Secretaria de Segurança Pública. Daqui a pouco, um integrante do movimento ia estar sentado na cadeira do secretário. Só me faltava essa."

A confusão ocorreu por volta das 8 horas de terça. Um grupo de cerca de mil integrantes do MST, que acampava na área externa da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Bahia desde a segunda-feira, decidiu ir até o prédio da SSP, que fica nas proximidades, para protestar contra a demora na investigação sobre o

assassinato de Fábio Santos, um dos líderes do movimento no Estado, morto a tiros em abril, no município de Iguaí, 497 quilômetros ao sul de Salvador.

Segundo as lideranças do MST, assim que a manifestação chegou à sede da secretaria, Pereira teria começado a atirar, dando três disparos. De acordo com a assessoria da SSP, porém, apenas um tiro teria sido dado - e, ainda assim, depois que integrantes do movimento invadiram o saguão do prédio, armados com foices e facões. Ninguém ficou ferido, mas uma das portas do prédio ficou danificada.

Após a confusão, o grupo montou acampamento na frente da secretaria, que só foi desfeito no início da noite, após uma reunião entre as lideranças do MST com o secretário de Segurança, Maurício Barbosa. Os integrantes do movimento foram, então, para a frente da sede da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri), onde seguem acampados, pressionando por regularização fundiária para os assentados no Estado.

Para Incra, desapropriar terras para Reforma Agrária é coisa do passado. Maria Gizele da Silva – Site do MST. 13/09/2013

Da Gazeta do Povo

Em 2008 foram feitas 243 desapropriações no Brasil. Em 2012, apenas 28. O último decreto de desapropriação que se tem registro no Paraná é de 2008. Apesar de as desapropriações estarem zeradas desde então, os trabalhadores rurais continuam sendo assentados.

Entre 2010 e 2012, o Paraná assentou 861 famílias em 13.249 hectares de terras compradas pelo Incra. No Brasil, apesar de as desapropriações terem se mantido em ritmo reduzido, foram assentadas 210,2 mil famílias de 2008 para cá.

Para o superintendente do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, entre as causas da queda nas desapropriações está o aumento de terras produtivas no Paraná e o maior rigor do Incra na classificação das terras para assentamentos.

“Não podemos destinar para reforma agrária uma terra que não tem aptidão agrícola. Antes era comum pegar uma área e transformá-la em assentamento”, afirma.

A valorização do preço da terra no Paraná é um indício da ausência de terras improdutivas. De 2003 para 2013, o valor do hectare em Cascavel subiu de R\$ 11,5 mil para R\$ 28,9 mil; em Londrina, a alta foi de R\$ 8,2 mil para R\$ 15,2 mil e a de Ponta Grossa passou de R\$ 3,9 mil para R\$ 15 mil o hectare, conforme dados da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

Segundo Guedes, a tendência do aumento da modalidade de compra é nacional. Ele cita que a região Nordeste tem mais terras consideradas improdutivas e, portanto, ainda ocorrem desapropriações, mas a prática vem sendo substituída pela compra de terras.

Prioridade

Para um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Ponta Grossa, Célio Rodrigues, houve desaceleração na política da reforma agrária. “O governo preferiu apoiar o agronegócio. As consequências são o problema de sucessão no campo, a evasão dos jovens e o desabastecimento de coisas que são da agricultura familiar que não estão recebendo investimento e começam a faltar no Brasil”, considera.

O padre Dirceu Luiz Fumagalli, da Comissão Pastoral da Terra, lembra que há oferta de terras, mas a prioridade é para o agronegócio. “Na planície se planta soja e nos morros se planta o eucalipto. O campo é um espaço de exploração para gerar lucros” analisa.

O embate pela demarcação de terras. Rui Daher – Site da Carta Capital, Política. 13/09/2013

Acusada de adesismo ao governo, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) lança um projeto de lei requestando e ataca órgãos públicos que defendem minorias

E não é que continuamos a nos firmar no cenário internacional?

Não, não me refiro à vingança aos malfeitos da colonização portuguesa, feita na última terça-feira, em Boston, graças as diplomacia de Felipão, genialidade de Neymar, beleza de Gisele Bündchen e fama de Pelé.

Cravo no fato de estarmos, desde o ano 1500, ameaçando os nativos que bem receberam ledas caravelas que aqui aportaram em busca de segurança.

Agorinha mesmo, folhas e telas cotidianas fazem-nos ouvir bordoadas vindas de octógonos onde ruralistas e indigenistas se enfrentam, sejam lá suas ramificações e doses de bom senso.

Caiados agrários, pouco calados, querem mudar as regras das demarcações de terras indígenas e retirar a exclusividade da Funai (Fundação Nacional do Índio) em fazê-las.

Lutam pela aprovação da PEC 215, que dá ao Congresso a palavra final no assunto.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pressionada, garantiu à bancada ruralista não realizar novas demarcações até a aprovação da PEC. Os políticos acusam a Funai de não cumprir o prometido.

Até aí, temos um embate chinfrim, eivado de interesses financeiros vários, que se arrasta há décadas, em meio a besteiras e falcatruas cometidas em cartórios e agora transformadas em sérios conflitos com a valorização das atividades agropecuárias.

Segundo a Funai, 97% das demarcações foram realizadas, nas décadas 1980 e 1990, em áreas despovoadas da Amazônia Legal. Lá estão 98,5% das terras indígenas, onde as querelas muitas vezes são resolvidas na bala.

A situação dos cerca de 800 mil indígenas de outras regiões do País, que vivem em terras não demarcadas, resta ser resolvida na Lei.

Vê-se, pois, que a insegurança jurídica é soco-ínglês ou tacape que bate lá como cá.

Nessa prorrogação de tantos tempos já disputados e que promete se eternizar, quem volta à cena é Kátia Abreu, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Em sua coluna semanal, na *Folha de São Paulo*, no Dia da Independência, a senadora (PSD-TO) faz críticas contundentes à Funai e assemelhados: CIMI (Conselho Indigenista Missionário); CPT (Comissão Pastoral da Terra); Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Talvez, as conhecidas falhas de gestão nesses órgãos façam o tiro da senadora não passar muito longe do alvo.

Quilômetros, porém, separam o projeto de lei por ela apresentado, um arremedo da própria PEC 315, que proíbe “processos demarcatórios de terras indígenas envolvendo propriedades invadidas”.

Afinal, o que se discute não é justamente quem primeiro invadiu?

Kátia Abreu na parada é emblema dos trâmites políticos que ocorrem nesta Federação de Corporações Brasil.

Companheiros e comandados vêm contestando a senadora por suposto adesismo ao governo Dilma Rousseff. Dizem-na ter perdido a velha e boa veemência com que liderava a nação ruralista.

Como resposta, o que melhor do que um projeto de lei requentado e um artigo violento, estigmatizando órgãos do governo que defendem minorias étnicas e levantando suspeitas sobre organizações não governamentais?

Escreve a sempre bem assessorada senadora em seus textos:

“O que se esconde por trás de tudo isso é algo simples: guerra comercial. Os financiadores são de países que competem com a agricultura brasileira e que cobiçam nossas riquezas minerais e vegetais. (...) Consideram, assim, mais fácil se apossar de nossas riquezas, dando às lideranças indígenas não os espelinhos com que os conquistadores portugueses os encantavam, mas jatinhos, laptops e automóveis, fazendo da miséria dos demais estandarte de um lobby ultrajante, que denigre a imagem externa do Brasil”.

Acha mesmo, senadora, que essa é a arma usada por eles na guerra comercial competitiva? O que dizer, então, de barreiras alfandegárias e subsídios? E das burras aqui preenchidas com a venda de sementes, fertilizantes químicos e agrotóxicos? Sacou a brutal concentração que existe entre as tradings de commodities agrícolas?

Os índios? Ora, tente um filme de John Wayne. Considero *Rastros de Ódio* (John Ford, 1956) o melhor.

Disputa fundiária cria ‘vila fantasma’ – O Estado de São Paulo, Economia. 15/09/2013

Justiça manda demolir 619 construções onde moravam 1,5 mil pessoas em área da reserva indígena Maraiwatsede

A disputa entre índios xavante e 235 produtores, em sua maioria pequenos agricultores, por uma área de 165 mil hectares ao longo da BR-158 deixou como saldo uma vila fantasma onde moravam 1,5 mil pessoas. A briga, que gerou bloqueios na rodovia, ameaças de morte e comoveu os moradores das cidades do entorno, ampliou o fosso e elevou a tensão na região.

A retirada dos não índios da reserva Maraiwatsede, cumprida integralmente em janeiro, também criou um impasse, ainda sem solução: o traçado da rodovia federal terá que mudar para contornar a terra indígena. Isso, segundo o governo estadual, agregará um custo de R\$ 80 milhões ao asfaltamento da rodovia, vital para a conexão do Araguaia com Mato Grosso e o escoamento da produção agropecuária pelos portos do Norte. O desvio, estimado em 60 km, exigiria mais pontes e esforços da engenharia.

Para evitar a volta dos não-índios e assegurar a decisão judicial, um efetivo da Polícia Federal e da Força Nacional segue na área, Mas o acirramento dos ânimos é frequente, já que os índios xavante têm bloqueado a BR para exigir o pagamento de pedágio aos motoristas.

Outras duas BRs (080 e 242), na fila para pavimentação, são alvos de protestos dos índios e, ao que parece, estarão no centro de novas disputas fundiárias.

A imagem das casas destruídas ainda mexe com os produtores. O chamado Posto da Mata, núcleo urbano à beira da estrada, foi colocado abaixo por ordem judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O entulho já está cercado pelo mato alto, mas é possível ver televisores, fogões, berços infantis e bicicletas deixadas para trás pelos antigos moradores.

Homologada por decreto presidencial em 1998, a reserva abrange São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista e de Bom Jesus do Araguaia. Havia 619 construções no local. Todas foram demolidas. Só sobraram as duas igrejas, uma católica, outra evangélica. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cadastrou 235 famílias que seriam transferidas a assentamentos em Alto Boa Vista e Ribeirão Cascalheira.

O governo federal prometeu dar assistência técnica e até R\$ 3,2 mil para aquisição de alimentos e implementos, além de R\$ 25 mil para material de construção.

Acampados do Joana D'arc conquistam um novo assentamento e lutam por indenizações. Itamar Ferreira – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 16/09/2013

Em reunião realizada na última quinta-feira (12), na sede nacional do INCRA em Brasília, as famílias do Joana D'arc que estão acampadas em frente ao escritório da Santo Antônio Energia há mais de dois meses tiveram uma grande conquista: conseguiram o compromisso formal dos representantes do governo federal de reassentar as 266 famílias mais diretamente atingidas pelos impactos do lago da Usina de Santo Antônio. O presidente do Instituto, Carlos Guedes, assegurou recursos na ordem de R\$ 24 milhões para benfeitorias no novo assentamento. Além disso, ficou definido que é necessário assegurar uma ajuda de custo emergencial e assistência para essas famílias durante o período de transição.

A reunião, que foi uma das conquistas do Grito da Terra Estadual, realizado nos dias 27 e 28 de agosto, teve a participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Porto Velho, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), representantes dos assentados, representantes da empresa Santo Antônio Energia, deputado federal Anselmo de Jesus, Ministério Público Federal, Ibama e outros órgãos do governo federal.

O relatório da reunião definiu importantes encaminhamentos, dentre os quais, se destacam que “a Presidência do Inbra convocará a constituição de um Grupo de Trabalho, em um prazo de 30 dias para a primeira reunião. Durante este prazo o Ibama apresentará parecer e o Inbra levantará todo o histórico e estudos realizados no Projeto de Assentamento. Na instalação do Grupo, em Porto Velho, será definido cronograma de trabalho, com prazos e responsáveis, visando conclusão definitiva sobre os impactos apontados”.

Para agilizar as providências visando resolver os problemas dos agricultores do Joana D'arc ficou definido que "o Inbra concluirá em 15 dias a identificação de imóveis para fins de reassentamento das famílias e incorporação dos mesmos na reforma agrária, conforme acordado na reunião no dia 28 de agosto, em Porto Velho, independente das comprovações técnicas necessárias em relação aos impactos no PA Joana Darc. Destaca-se, que após a identificação dos imóveis o instituto terá que realizar todos os procedimentos de obtenção em conformidade com a Lei Agrária comprometendo-se com pelo menos 24 milhões em investimento (Título da Dívida Agrária e benfeitorias) do orçamento de 2013”.

A Usina será convocada a colaborar com o amplo esforço visando resolver o problema do Joana D'arc, sendo que “o Inbra vai apresentar para a UHE Santo Antônio investimentos necessários para permanência das famílias e melhoramento do assentamento. A partir disso, a mesma manifestará quais investimentos poderá realizar independente dos impactos que serão aferidos. Após as comprovações necessárias serão

verificados se os investimentos realizados no assentamento foram suficientes para mitigar os impactos, porventura identificados, ou se será uma contribuição da Empresa com o Projeto de Assentamento".

Para uma ajuda emergencial, já que a produção de alimentos no Joana D'arc está comprometida, ficou definido "estabelecer auxílio provisório às famílias "ajuda de custo" durante um período de transição até uma solução definitiva, em paralelo e sem prejuízo aos demais encaminhamento"s. Serão identificados de imediato os lotes onde há viabilidade de moradia e os que são inviáveis para permanência temporária, sendo que a "identificação das duas situações será realizada a partir dos apontamentos do movimento; e o MPF vai oficiar a prefeitura Municipal a manifestar-se sobre as condições de habitação em cada lote". A representação dos trabalhadores apresentou uma proposta para uma ajuda de custo de R\$ 1,2 mil mensal durante seis meses para cada família; sendo que a Santo Antônio Energia ficou de se manifestar sobre sua colaboração com todo esse esforço para resolver o drama dessas famílias.

Incrá apresenta proposta de crédito instalação da reforma agrária. Julia Grassetti – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 18/09/2013

Representantes do Incra e da diretoria de Política para as Mulheres do MDA apresentaram hoje (18) pela manhã a Proposta de Crédito Instalação da Reforma Agrária, que pretende solucionar o endividamento das famílias assentadas e aprimorar o modelo de implantações. Além de Alessandra Lunas, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, estiveram presentes mulheres dirigentes representantes dos movimentos sociais do campo.

PROBLEMAS DO MODELO ATUAL

Antes de apresentar a proposta, o Incra expôs os principais problemas do modelo de implantação atual, como o endividamento das famílias assentadas e as dificuldades que elas enfrentam para acessar o crédito. Segundo o órgão, 40% dos assentados(as) hoje já estão em dívida ativa. As pendências são com o Procefa, Conab, Pronaf e com o Incra. Neste, o que mais preocupa é que nenhum dos créditos de implantação foram transferência, ou seja, as famílias estão devendo para o Incra e, baseado no formato atual, não há possibilidade de rebate. Segundo o órgão, o montante da dívida das famílias assentadas ultrapassa R\$ 5 bilhões de reais.

Segundo o Incra, é preciso que esses problemas sejam solucionados antes de se implantar a nova proposta, caso esta seja aprovada. O órgão então construiu propostas nessa direção que estão sendo negociadas no Congresso Nacional. Para sanar as dívidas do Pronaf A e A/C, a ideia é que, da mesma forma como acontece com o Procefa, seja oferecida a possibilidade de as famílias quitarem suas dívidas com um rebate de 90%. Se o total devido for de R\$ 10 mil, por exemplo, a família paga R\$ 1 mil e tem sua dívida liquidada. Já com relação às dívidas do Incra, uma das propostas é aplicar o

mesmo critério do Minha Casa Minha Vida, que oferece 96% de subsídio.

NOVA PROPOSTA

Ela possui 3 fases: Instalação com Segurança Alimentar, Inclusão Produtiva e Estruturação Produtiva. O objetivo desse modelo de construção é garantir um bom processo de implantação de assentamento e permitir que as famílias possam acessar todas as políticas a que têm direito.

Na primeira fase, que é a Instalação com Segurança Alimentar, todo o módulo de implantação será com transferência, e não crédito. A família chega na terra com o bolsa família, infra estrutura, como estradas, luz e água, e conta com duas etapas de apoio inicial com transferência de recursos – uma para compra de produtos de primeira necessidade e outra para compra de bens duráveis. Segundo o Incra, o objetivo é dar dignidade às famílias assentadas com moradia e segurança alimentar.

Na segunda fase, que é a Inclusão Produtiva, o objetivo é a construção da unidade familiar de produção com os recursos de microcréditos. Segundo o INCRA, será uma espécie de PRONAF B melhorado.

Na última fase, da Estruturação Produtiva, o objetivo é a inserção na dinâmica de produção da agricultura familiar da região. Para se evitar os atuais problemas com as dívidas, a ideia é que apenas poderá ingressar nessa fase quem comprovar condições. Aqui, as famílias contariam com uma espécie de PRONAF A mais fortalecido, com um volume maior de recurso.

Mesmo sendo este um modelo pensado para as futuras implantações, segundo o INCRA, as famílias já assentadas serão encaixadas na nova proposta de acordo com a situação de cada uma delas.

PRONAF MULHER

Apesar da boa perspectiva que a nova proposta traz, ela ainda não oferece soluções para os problemas do PRONAF mulher, como a capacidade de endividamento, por exemplo. Segundo Alessandra, este é o momento certo de discutir sobre este assunto. “No formato em que se encontra, o PRONAF Mulher não funciona. O que nós precisamos agora é qualificar essa proposta como um todo, apresentando o que reamente nós queremos”, afirmou a dirigente.

Fim de demarcações trará mais conflitos, diz estudioso. Felipe Milanez – Site da Carta Capital, Política. 18/09/2013

Antropólogo Beto Ricardo, um dos fundadores do Instituto Socioambiental, conta o que está por trás da mobilização ruralista e as tentativas de mudança da Constituição

As próximas semanas são decisivas para o futuro do Brasil. É a reta final da atuação de uma das mais agressivas formações legislativas que já passaram por Brasília, e que ficará marcada no futuro pela grande destruição de direitos ambientais, principalmente a aprovação do Código Florestal, as constantes tentativas da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo senador Blairo Maggi (PR), de autorizar o plantio de cana na Amazônia, e uma série de medidas de menor impacto na mídia mas com grande força administrativa, como de restringir a atuação de órgãos ambientais como o Ibama. Também ficará marcada pela intolerância, como a postura da atual Comissão de Direitos Humanos, chefiada pelo pastor Marco Feliciano (PSC), e pelo imenso retrocesso de direitos que parte dos congressistas estão tentando impor às populações mais vulneráveis e mais excluídas no Brasil: os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. No ano que vem, ano eleitoral, o Congresso não terá a mesma força. Por essa razão, o trator ruralista vai tentar forçar, ao máximo, nas próximas semanas, a modificação da Constituição Federal com a PEC 215 e o PLP 227, projetos que acabam com as demarcações de terras e abrem as terras já demarcadas para a exploração.

"As mesmas elites que massacraram os índios, historicamente, querem voltar a fazê-lo agora", alerta o antropólogo Beto Ricardo. Essas elites, diz na entrevista abaixo, feita por e-mail, "foram responsáveis pela constituição de uma das sociedades mais desiguais do mundo contemporâneo, com uma das maiores concentrações fundiárias ainda existentes."

O antropólogo Beto Ricardo é um dos fundadores do Instituto Socioambiental (ISA), uma das maiores organizações de defesa dos direitos indígenas e de populações tradicionais. Atualmente, em São Paulo, o ISA fez a curadoria da mostra "Setembro Verde: Resistência Indígena", exposição em cartaz na galeria Matilha Cultural.

CartaCapital -A bancada ruralista promete uma movimentação intensa nas próximas duas semanas, principalmente depois da aprovação da Comissão que vai discutir a PEC 215. Para se defender, os índios estão indo a Brasília protestar. O que está em jogo? Como esse debate está acontecendo?

Beto Ricardo -A bancada ruralista e os seus interlocutores dentro do governo pretendem detonar os direitos constitucionais dos índios, mas não querem discutir o assunto com eles. Sabem que os índios virão a Brasília na primeira semana de outubro e talvez pretendam liquidar a fatura nessa comissão especial que foi criada, antes que os índios possam chegar à capital. Tratam de interesses inconfessáveis. Não há no mundo um caso de poder legislativo que proceda à demarcação de terras, o que é uma tarefa tipicamente executiva. Ao transferir uma competência executiva para o legislativo, a bancada ruralista pretende paralisar os processos ou retalhar territórios com base em critérios políticos, o que é flagrantemente inconstitucional e, portanto, inconfessável.

Os índios entendem que o texto constitucional vigente constitui um pacto entre o Estado brasileiro e os seus povos. Mudar esse texto, de forma expedita, nebulosa e unilateral, representaria o rompimento desse pacto. É algo inaceitável. Os índios se perguntam,

nesse momento, porque os ruralistas (que são todos grandes proprietários de terras) defendem o direito de propriedade só para eles?

CC -Uma análise do ISA mostrou diversos projetos contrários aos direitos indígenas e quem são os parlamentares por trás. Por que tantos projetos? Não bastaria um? Qual é a estratégia por trás disso?

BR - Cada parlamentar anti-indígena quer mostrar serviço para os seus financiadores de campanha, o que se faz melhor através de alguma comprovável autoria. Alguns pretendem destruir simultaneamente os direitos dos índios, dos quilombolas e dos brasileiros em geral ao meio ambiente sadio. Outros propõem destruir primeiro alguns e depois outros. Além disso, certas propostas podem se prestar melhor à chantagem contra o governo, como é o caso da PEC 215, para forçar a aprovação de outras propostas, como o PLP 227, que é de hierarquia legal inferior (e precisa de menor quórum para aprovação) mas mais lesivo aos direitos indígenas em decorrência da abrangência das suas disposições. Agora apareceu outro projeto de lei complementar no Senado, apresentado pelo senador Romero Jucá, mas que parece constituir a proposta (ainda não assumida) do próprio governo Dilma.

CC -Uma Constituição é uma lei para o futuro de um país, e esse ano completam 25 anos da atual Constituição. O que aconteceu de positivo nesse período, pensando em como era a situação em 1988 e o que a CF contribuiu para o futuro do Brasil no que toca aos índios, quilombolas, populações tradicionais, essa diversidade de grupos sociais?

BR - A Constituição é um marco da democratização e do auto reconhecimento do Brasil como um país diverso. Resgata os passivos históricos do país e acolhe a todos como parte do seu futuro, inclusive os primeiros povos da terra e os que foram traficados desde a África, assim como os direitos de todos ao meio ambiente sadio, aos recursos naturais e às suas próprias expressões culturais. Foi uma referência exemplar para outras Constituições do continente, construídas nos processos de democratização dos países vizinhos.

CC -E por que esse retrocesso contra a CF agora, o que mudou? Foi a sociedade que deixou de querer proteger os índios ou foram os ruralistas que ganharam poder e usam isso contra a sociedade?

BR - Há uma distorção da representação política, com um peso desproporcional dos ruralistas no Legislativo, para um país majoritariamente urbano e que apoia os direitos coletivos e difusos. Esse é um dos temas que uma reforma política democrática terá que enfrentar. Nos últimos 25 anos as fronteiras territoriais internas se fecharam. Houve um aumento importante na destinação das terras públicas federais, incluindo o reconhecimento de Terras Indígenas, a criação de Unidades de Conservação e outras áreas especiais, além do processo de privatização, com o aumento exponencial da agropecuária. Ruralistas brasileiros passaram a operar em terras de países vizinhos. E agora os interesses expansionistas dos ruralistas querem crescer sobre essas terras da

União com destinações especiais e coletivas. Finalmente, há uma conjuntura política muito desfavorável. O atual Congresso é dirigido por forças reacionárias e a presidente está refém de uma equação de governabilidade conservadora.

CC -O que essas mudanças na Constituição significam para o futuro? Mais conflitos?

BR - O caminho para superar ou reduzir conflitos é a demarcação das terras. Paralisar demarcações significa perenizar conflitos. Rever demarcações significa reabrir conflitos já superados. Ao romper o pacto constitucional para não demarcar, o Congresso/governo deixaria esses povos em permanente situação de conflito com a sociedade/estado nacional, como ocorria no tempo da ditadura. Agora, o prejuízo político para o país seria maior do que na época, pois não haveria como censurar a imprensa e os movimentos indígenas.

CC- O que pode acontecer, por exemplo, se uma lei por fim ao processo de demarcação de terras sendo que ainda há tantas terras a serem demarcadas?

BR - Mais mortos e feridos, mais sofrimento das partes, mais insegurança jurídica, menos produção, mais desgaste para a imagem do país. Com mais de duzentas pendências, os grupos interessados passariam a ocupar o Congresso de forma intermitente, já que os processos ficariam paralisados lá. É bom os parlamentares irem se acostumando com essas mobilizações indígenas, como a que ocorrerá no início de outubro, pois elas passariam a compor o cotidiano de trabalho deles.

CC -Quais são essas pendências territoriais na questão indígena?

BR - Hoje existem 128 Terras Indígenas em estudos de identificação, 35 Identificadas e aprovadas pela Funai sem portaria declaratória do ministro da Justiça e 66 declaradas pelo ministro e ainda sem decreto de homologação. Ou seja 228 no total.

CC -Quais as semelhanças entre a atual movimentação contrária aos direitos indígenas e quilombolas e as mudanças de cunho ambiental na legislação, como no Código Florestal?

BR - Com a destruição do Código Florestal brasileiro, no ano passado, os proprietários de terra se desincumbiram de praticamente todas as obrigações legais relativas à função socioambiental de suas propriedades. Agora, avançam para além das suas propriedades, com o intuito de abrir espaços para a expansão da fronteira agropecuária através do grilo (ainda que legalizado) das terras públicas. Não se trata de prejudicar os índios, simplesmente, mas o Brasil como um todo: avançar sobre terras indígenas, quilombos, parques nacionais, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e o que mais houver para se patrimonializar.

CC -Qual o recado para quem não sabe o que esta em jogo nessas duas próximas semanas, mora nas grandes cidades, nunca viu um índio na vida mas simpatiza com os povos indígenas e esta preocupado? O que as pessoas podem fazer?

BR -Haverá mobilização em Brasília (especialmente na tarde de terça-feira, 01/10), em São Paulo (quarta-feira, 02/10, em frente ao MASP), em Belém (também quarta-feira, local a confirmar) e em outras cidades e regiões. Participe!

Lembre-se, também, que as mesmas elites que massacraram os índios, historicamente, e querem voltar a fazê-lo agora, foram responsáveis pela constituição de uma das sociedades mais desiguais do mundo contemporâneo, com uma das maiores concentrações fundiárias ainda existentes.

Não se iluda: por trás da destituição dos direitos indígenas, viria/virá a destituição dos seus direitos também!

Pá de cal na reforma agrária. Zander Navarro – O Estado de São Paulo, Opinião. 21/09/2013

Usei o mesmo título em artigo publicado em 1986, indignado com a afronta do governo Sarney ao nomear um latifundiário para o Incra. Naquela década me envolvera no ativismo a favor da reforma agrária. Não obstante o anúncio pessimista, o esforço do conjunto de militantes contribuiu para animar a única política de redistribuição de terras já feita no Brasil, iniciada em 1996. Desde então, em torno de 1 milhão de famílias recebeu suas parcelas e aproximados 80 milhões de hectares foram arrecadados para constituir os assentamentos rurais - mais de três vezes a área de São Paulo.

Mantenho o título acima porque é preciso reconhecer desapaixadamente o fato, agora definitivo: morreu a reforma agrária brasileira. Falta apenas alguma autoridade intemorata para presidir a solenidade de despedida. Atualmente a ação governamental nesse campo é um dispendioso e inacreditável faz de conta, sendo urgente a sua interrupção.

Muitos motivos feriram mortalmente a reforma agrária, mas alguns são mais reveladores. O primeiro é de cristalina obviedade, mas muitos fingem ignorá-lo: nenhuma política pública é eterna, pois se conforma às contínuas mutações da sociedade. O tema foi popular nas décadas de 1950 e 1960, e surpreendeu que na virada do século o Brasil patrocinasse uma vigorosa redistribuição de terras, um caso raro no mundo. Mas é particularidade que se esgotou.

Seria sensato manter essa política indefinidamente, quando o antigo País agrícola e agrário passou a ser conduzido pela lógica econômica e cultural das cidades, atraindo os migrantes rurais? A mudança espacial de moradia, de trabalho, de formas de vida e também de mentalidades da vasta maioria da população, no último meio século, liquidou a necessidade de democratizar a distribuição fundiária e sua demanda sumiu da agenda política, corroída pela acelerada urbanização.

Outro fator a ser considerado diz respeito às organizações que demandam reforma agrária, responsáveis pelas pressões que ativaram esta recente "bolha" redistributiva. O MST agoniza simultaneamente ao desaparecimento da reforma agrária, a razão de seu

nascimento. Não soube refundar-se nessa nova fase do desenvolvimento agrário e vai se apagando melancolicamente. Seu consolo é que fará boa figura nos livros de História. E a Contag, poderosa em razão de sua capilaridade, insiste na bandeira empurrada somente pela tradição. Seus dirigentes sabem ser outro o maior desafio: tentar salvar da desistência os milhares de pequenos produtores ameaçados pelo acirramento concorrencial instalado no campo.

Uma outra razão a ser considerada decorre do desempenho da agropecuária no mesmo período, o qual inundou os mercados com volumes crescentes e, graças ao espetacular aumento da produtividade, barateou os alimentos. Tal transformação eliminou o velho argumento econômico da necessidade da reforma agrária e, se a população rural mais pobre migrou para as cidades, igualmente a justificativa social deixou de existir.

Mas há ainda um aspecto decisivo: oferecer uma parcela de terra a famílias rurais não produz mais nenhum efeito prático, apenas garante uma sobrevivência temporária. Em nossos dias, chegar à terra própria nada significa para os mais pobres do campo. Produzirá a chance do autoconsumo ocasional, antes do abandono definitivo da terra, como evidenciado na maioria dos assentamentos rurais. De fato, trata-se de dura vilania política, pois, enquanto a miséria no campo se esconde atrás das muletas das políticas sociais, o governo federal coleta números destinados meramente ao autoelogio.

Por tudo isso, a reforma agrária brasileira concluiu o seu ciclo de vida. Do ponto de vista econômico e produtivo, seu fracasso é assombroso, pois a área total dos assentamentos é maior do que a área plantada de todos os cultivos nos demais estabelecimentos rurais. Mas, com surpresa, nada sabemos especificamente sobre a produção dos assentamentos, enquanto a agricultura brasileira se tornou uma das mais eficientes do mundo. É um confronto estatístico que desmoraliza qualquer defesa de tal política. Persistir em sua continuidade, portanto, beira a completa insanidade.

E o Incra e seu gigantesco orçamento, tornado inútil sob tal desenvolvimento? O caminho lógico seria a sua extinção, mas talvez fosse adequado transformá-lo num instituto de terras que realizasse as "tarefas finais", como a definitiva emancipação dos assentamentos, retirando a tutela do Estado, a regularização fundiária ou a organização das ainda ficcionais estatísticas cadastrais que diz compilar. Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário, preso à sua anacrônica hibernação, mantém-se impassível ante a notícia acima e persevera em fantasias para justificar o clamoroso desperdício de vultosos recursos públicos, na tentativa de realizar o irrealizável. Ainda mais espantoso, tenta ressuscitar o que já morreu. Resta saber se a autoridade maior do País terá a coragem de finalizar este capítulo de nossa História.

Distintos são os desafios atuais para criar prosperidade e oportunidades no campo. Requer aceitar que a pobreza rural se resolverá, sobretudo, nas cidades e com outras políticas. E também que não existem soluções exclusivamente agrícolas para parte considerável dos estabelecimentos rurais de menor porte. Portanto, é preciso construir uma estratégia de desenvolvimento rural radicalmente inovadora. Mas para isso é preciso primeiramente abrir as mentes, pois a ortodoxia e a ideologização dominantes

nos deixam sem rumo algum. Enquanto isso, afirmam-se o esvaziamento do campo e a incontrastável dominação da agricultura de larga escala modernizada e integrada aos mercados mundiais.

Eis o nosso futuro rural: uma fabulosa máquina de produção de riqueza, mas fortemente concentrada, pois seria assentada num deserto demográfico.

SOCIÓLOGO E PROFESSOR APOSENTADO DA UFRGS. E-MAIL: Z.NAVARRO@UOL.COM.BR.

Produtores rurais e jagunços fecham cidade, queimam casas de retireiros e ameaçam pesquisadores da UFMT, em conflito por terras da União – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/09/2013

Foto da Associação dos Retireiros do Araguaia mostra interior de casa de retireiro incendiada em Luciara (MT). Pelo menos duas casas de moradores foram queimadas. Polícia informou que acesso à cidade do Mato Grosso está impedido há três dias. Fazendeiros e retireiros estão em conflito por áreas da União, disse ICMBio.

(G1 MT)

Duas casas de moradores de comunidades localizadas em terras da União, em Luciara, a 1.180 quilômetros de Cuiabá, foram queimadas durante um conflito envolvendo retireiros e fazendeiros. Uma delas foi incendiada na manhã deste domingo (22) e outra, de propriedade do presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, Rubem Taverny Sales, na noite de quarta-feira (18). De um lado, os sitiantes defendem a criação de uma reserva florestal e, de outro, outros proprietários de terras temem ser expulsos do local, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A Polícia Militar do município informou ao G1 que os manifestantes, que fazem parte da Associação de Produtores Rurais da Região, estão bloqueando as estradas de acesso ao município desde a última quinta-feira (19). A polícia disse não ter sido comunicada sobre o protesto contra a criação dessa reserva. A reportagem não localizou o presidente dessa associação neste domingo.

Rubem, que faz parte da Comissão Nacional de População Tradicional, contou que há um grupo de fazendeiros e grileiros que são contra a criação dessa unidade de conservação. Segundo ele, a cidade está praticamente fechada, com várias barreiras nas estradas que dão acesso ao município, para evitar a entrada de pesquisadores que vão colher informações acerca da vida dos retirantes.

“A cidade está fechada nos dois sentidos. Ninguém entra e ninguém sai. Queimaram a minha casa e tentaram queimar o meu carro”, disse o morador ao G1, explicando que há dois anos, desde a cogitação da criação dessa reserva, começaram os conflitos, porém,

recentemente, mais acirrado. “Minha irmã, que é bióloga e já se manifestou a favor dessa unidade de conservação, foi ameaçada de morte. Disseram que vão queimá-la viva”, frisou Rubem. Ele registrou boletim de ocorrência na polícia por conta do incêndio supostamente criminoso. Há quase 100 famílias de retireiros cadastradas na associação.

Além das casas queimadas, pesquisadores e um grupo de alunos de mestrado em geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) também foram expulsos da cidade pelos grandes proprietários de terras, que estariam com medo de que fizessem uma consulta pública para transformar a área em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). O professor Cornélio Silvano Vilarinho Neto, que coordenava o grupo, disse que o ônibus em que estavam foi barrado duas vezes na estrada e foram obrigados a voltar para Cuiabá.

Conforme o professor, eles foram impedidos de continuar a viagem com destino a São Félix do Araguaia, a 1.159 km da capital, passando por Luciara. “Eles avançaram no ônibus, andamos um pouco e, depois que paramos, conversei com eles, disse que iríamos para São Félix do Araguaia e eles disseram que tínhamos que voltar para Cuiabá, se não iriam atear fogo no ônibus. Fomos parados duas vezes e monitorados até que chegássemos em Alto Boa Vista, por homens que estavam em uma caminhonete. Notamos que eles não estavam brincando com a gente”, relatou.

O professor contou que a viagem era para conhecer a região, mas eles foram confundidos com pesquisados do Instituto Chico Mendes. “Iríamos fazer um trabalho para conhecer a região, claro que iríamos conversar com os retireiros, conheço esses retireiros, mas nunca imaginei que tivesse esse conflito”, disse. Segundo ele, com a criação dessa associação de retireiros, os pequenos pecuaristas, que estão no local há muitos anos, descobriram que essas terras são devolutas da União, e daí pediram que fosse transformada em unidade de conservação, porém, “os fazendeiros que estão no local demonstraram resistência e, por isso, estão fazendo ameaças”. Outro pesquisador já havia sido impedido de permanecer na cidade nessa mesma semana.

Por conta dessas ações criminosas e de ameaças, inclusive aos moradores, o representante do ICMBio em Mato Grosso, Fernando Francisco Xavier, informou ter pedido ao governo do estado reforço policial, bem como que solicite intervenção da Força Nacional de Segurança na região. “A situação em Luciara é gravíssima. Nessa semana, chegou em um nível de confronto até então não estabelecido na área, a ponto de pessoas fecharem a cidade de Luciara”, avaliou.

Fernando Xavier explicou que existe um grupo de moradores que participou da colonização de Luciara e que, desde o início desse processo, criam gado em áreas inundadas no Araguaia. “Quando alaga eles levam o gado para áreas mais altas e quando abaixa voltam com o gado. Agora, eles pleiteiam uma unidade de conservação federal para garantir o território e manutenção das atividades agroextrativistas”, disse. Porém, segundo ele, há muitos posseiros na região que são contra essa ideia.

Na avaliação do representante do ICMbio, houve equívoco por parte dos fazendeiros, já que nem o pesquisador, nem o grupo da UFMT, iriam realizar consulta pública. “Tem algumas pessoas, com interesses contrários, disseminando informações erradas de que esses fazendeiros seriam retirados da área. O processo ainda não está pronto, mas precisamos aprofundar esse debate. Nós estamos preocupados porque tem pessoas sendo ameaçadas lá e hoje queimaram outra casa”, pontuou.

Incra assenta 120 famílias em dois projetos de assentamento em Pernambuco – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/09/2013

A criação de mais dois projetos de assentamento em Pernambuco vai possibilitar que 120 famílias tornem-se, oficialmente, assentados da reforma agrária. A portaria da Superintendência Regional do Incra em Pernambuco, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de setembro último, transforma em áreas de reforma agrária dois imóveis do complexo Engenheiros Araguari, no município de Barreiros, e Cavaco, em Xexéu – ambos com capacidade de alocar 60 famílias.

Com a criação de mais essas vagas, a Superintendência Regional supera as 300 famílias já foram assentadas em 2013. O projeto de assentamento está sendo cadastrado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) e após esse procedimento administrativo, a Relação de Beneficiários seguirá para homologação do superintendente regional.

A soma das áreas dos dois projetos de assentamento criados é de 1.167 hectares. Com estes, são oito assentamentos criados somente neste trimestre, no âmbito da Superintendência Regional do Incra em Pernambuco. Ainda há a previsão da criação de mais um assentamento, denominado Bom Destino, no município de São Benedito do Sul.

Câmara debate Conselho de Política Indigenista. Venilson Ferreira -O Estado de São Paulo, Política. 23/09/2013

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados (Cindra) promove audiência pública na próxima quarta-feira, 25, para debater a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, conforme propõe o Projeto de Lei 3.571/2008. A proposta estabelece que o conselho irá substituir a Comissão Nacional de Política Indigenista, órgão de composição paritária do Executivo, da sociedade civil e das organizações indígenas.

O deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), presidente da Cindra e relator do PL 3.571 na comissão, argumenta que a política indigenista e o atual sistema de demarcação de terras indígenas precisam ser totalmente revistas, "porque está gerando exclusão e injustiça de ambos os lados da disputa". Ele lembrou que o governo está

prestes a editar uma portaria com mudanças significativas no modelo demarcatório, com a participação de outros órgãos na definição das reservas.

A comissão convidou para a audiência a presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD/TO); o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS); a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta BoulitreouAssirati; o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Gilson de Carvalho Queiroz Filho; o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Mário Guedes de Guedes; o presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Volney Zanardi Junior; o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Erwin Kartler; e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alberto Ercílio Broch.

PEC 215

Jerônimo Goergen informou que também na quarta-feira os membros da comissão devem ser recebidos pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). Os parlamentares pretendem cobrar uma posição oficial de Alves sobre o adiamento da instalação da comissão especial da PEC 215/00 e a votação do PLP 227/12. A primeira proposta transfere do Executivo para o Legislativo a competência na demarcação de novas Terras Indígenas e a segunda regulamenta o 6º do artigo 231 da Constituição Federal, que estabelece regras claras ao definir os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação.

Câmara Técnica acelera destinação de terras na Amazônia Legal – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/09/2013

A Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, criada pelo Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), está acelerando a destinação de terras federais nos nove estados que integram a Amazônia Legal - Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

De acordo com Sérgio Lopes, secretário do MDA de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, o trabalho da Câmara Técnica está agilizando o processo. “Antes da Câmara fazíamos consulta individuais a cada órgão. Agora, com todos na mesma mesa, o trabalho anda mais rápido e qualquer dificuldade é resolvida na hora” afirma. Sérgio Lopes lembra que na legislação sobre o uso e destinação de terras federais na Amazônia Legal, cabe ao MDA consultar a Secretaria de Patrimônio da União, o MMA - e seu órgão vinculado com o Instituto Chico Mendes e o Serviço Florestal -, a Funai, o Incra e o Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), antes de definir o destino de qualquer área.

A Câmara Técnica já destinou quase um milhão de hectares para a preservação ambiental no estado do Amazonas e continua atuando em outras 34 glebas. A ação visa contribuir para o combate ao desmatamento com a ampliação da presença do Estado na região, ao mesmo tempo que garante uma gestão mais eficiente das terras federais na Amazônia Legal. A previsão é que dentro de 60 dias novas áreas tenham seu processo de destinação concluído.

Como funciona

A Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal simplifica a destinação de terras federais do MDA para órgãos do Governo Federal. Na prática, o fluxo de destinação de terras que antes era feito por meio de ofício, passa a ocorrer dentro da Câmara. São reuniões mensais, onde as entidades participantes dialogam para estudar as aptidões das áreas, levantar e trocar informações, registrar as manifestações de interesses oficiais e, ponderadas as considerações de todos, definir a destinação das glebas públicas federais.

Composta pela Serfal - que executa o programa Terra Legal -, Incra, Instituto Chico Mendes (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Fundação Nacional do Índio (Funai) e os estados da Amazônia Legal, a Câmara é responsável pela análise da situação das glebas federais na Amazônia Legal, identificando seus ocupantes e possíveis usos da terra.

Também são convidados às reuniões da Câmara o Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para cooperação técnica, o Conselho de Defesa Nacional (CDN) para encaminhamentos sobre áreas de fronteira e o Ministério de Minas e Energia (MME) para disponibilização de informações norteadoras.

Sigef

Todo o processo de destinação de terras pela Câmara é feito utilizando o novo sistema de gestão fundiária, o Sigef. O Sistema, desenvolvido pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA) em parceria com o Incra, permite agilizar o processo de destinação de terras pois o sistema automatiza a consulta e destinação de áreas.

Pela 1ª vez, Itesp e Incra dividem gestão de assentamento na região de Ribeirão – Folha de São Paulo, Cotidiano. 24/09/2013

O Itesp (instituto de terras de São Paulo) e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) firmaram uma parceria para administrar em conjunto o assentamento Horto Guarani, em Pradópolis (315 km de São Paulo). A decisão é inédita em um assentamento.

A parceria, segundo o diretor executivo do Itesp, Marco Pilla, facilitará a transferência de assentados entre lotes e a assistência ao moradores, além de auxiliar no plantio da cana e de outras culturas.

Os assentados pediram que a terra fique em seus nomes, mas os órgãos adiaram a discussão do assunto.

"A titulação é muito cara para a gente e para vocês", disse o superintendente regional do Incra, Wellington Diniz Monteiro, na conversa com os moradores do local.

Agora, os agricultores familiares poderão plantar em suas terras mais de uma cultura e vendê-las nos programas governamentais.

Antes, cada família deveria escolher uma única cultura para fins comerciais, de acordo com a assentada Celina Pereira Barbosa, 50, que vive há 21 anos no local.

O assentamento foi reconhecido em 1999, sete anos após a invasão do local.

Em Pradópolis, são 213 famílias assentadas e, na vizinha Guatapará, mais 70.

Outras 26 famílias, acampadas há pelo menos cinco anos em uma reserva ambiental, terão a situação regularizada como assentados, de acordo com os dois órgãos, que farão o cadastramento dos agricultores.

O Incra informou que vai levar rede de energia às 26 famílias e estuda projetos para o abastecimento de água. A perfuração de dois poços artesianos também foi proposta durante a reunião.

Segundo o superintendente, as famílias acampadas deverão ficar no local, mesmo sendo uma reserva. "Já fizemos a compensação daquela área", disse Monteiro.

Direitos de produtores rurais também devem ser respeitados no processo de demarcação de terras indígenas – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/09/2013

A Constituição Federal está pautada pelo bem comum dos brasileiros, definindo os direitos e deveres de todos, sejam eles produtores rurais ou índios. A afirmação é do advogado Carlos BastideHorbach, chefe da assessoria jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Ele participou de audiência pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional da Amazônia (Cindra), da Câmara dos Deputados, para debater a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, conforme propõe o Projeto de Lei 3.571/2008, em tramitação na Câmara.

Horbach lembrou os direitos dos produtores rurais nem sempre são respeitados no processo de demarcação de terras indígenas, especialmente no que diz respeito à

propriedade, como previsto constitucionalmente. O desrespeito aos preceitos legais agrava o quadro de insegurança jurídica no campo.

“Muitos produtores têm títulos legítimos de terra que remetem ao século XIX, mas esses documentos são postos em xeque por diferentes políticas que são, na nossa avaliação, altamente questionáveis”, afirmou o chefe da assessoria jurídica da CNA.

Na audiência, representantes dos povos indígenas defenderam a criação do conselho, sob argumento de que os direitos dos índios previstos na Constituição Federal de 1988 precisam ser respeitados. Horbach rebate este posicionamento: “É o direito dos dois lados que deve ser preservado, não só dos índios.”

Citou que no Rio Grande do Sul, os conflitos agrários afetam inúmeros produtores rurais, principalmente pequenos e médios produtores, realidade vista em outros estados. O impasse excede questões relacionadas à ocupação das áreas, como é possível verificar a partir da análise das 19 condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Projeto – O chefe da assessoria jurídica da CNA fez críticas à proposta do projeto de lei, que prevê a substituição da atual Comissão Nacional de Política Indigenista pelo Conselho Nacional de Política Indigenista, ampliando a participação de representantes dos indígenas no grupo. O novo conselho será um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de decidir sobre as diretrizes da Política Nacional Indigenista.

Horbach questionou a “conveniência” de criação de um novo conselho, lembrando que as atividades que podem ser atribuídas ao colegiado “já são executadas por outros órgãos do Poder Executivo, entre eles Ministério da Justiça e Fundação Nacional do Índio (Funai)”.

Demonstrou preocupação com o fato de um agente do estado ser substituído por representantes da sociedade civil, cujos interesses nem sempre são declarados e conhecidos. Além disso, lembrou que o PL viola o princípio da eficiência administrativa, pois cria um novo órgão decisório, gerando custos adicionais.

Inkra assegura 10 mil hectares para a reforma agrária em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/09/2013

A Superintendência Regional do Incra em Goiás assegurou duas vitórias na Justiça Federal com a desapropriação das fazendas Bonanza/Cavalgada Grande, em Crixás, e Palmeiral, em Uruaçu – as duas áreas têm cerca de 10 mil hectares. A decisão foi proferida no último dia 18 de setembro, durante mutirão de trabalho da Justiça Federal no município de Uruaçu, região noroeste do Estado. Estavam presentes, o superintendente do Incra/GO, Jorge Tadeu Jatobá Correia, e o procurador Noemir Brito, além de técnicos da autarquia e autoridades da região.

Com a sentença favorável ao Incra cerca de 240 famílias terão acesso à terra. A fazenda Bonanza tem 8.637,50 hectares e capacidade para assentar mais de 200 famílias. A área da Palmeiral é de 1.532,40 hectares, podendo atender até 40 famílias. Uma diligência da Procuradoria Regional do Incra/GO se deslocou, na segunda-feira (23), para os municípios de Crixás e Uruaçu para agilizar as providências relativas às cartas precatórias que permitem as imissões na posse em nome da Autarquia.

A aquisição destas áreas representará investimento de, aproximadamente, R\$ 27 milhões. O recurso será usado para pagar as indenizações aos proprietários dos imóveis. Nas fazendas serão assentadas famílias de trabalhadores rurais ligados ao Movimento Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg/Contag).

Em parceria com a prefeitura, os futuros assentados serão cadastrados no Programa Brasil Sem Miséria. As 240 famílias dos dois assentados também serão beneficiados com o Programa Minha Casa, Minha Vida, com investimentos previstos de aproximadamente R\$ 7,5 milhões. A prefeitura indicará representante para participar dos estudos de capacidade e geração de renda, além do parcelamento do assentamento.
(*)

Um grupo de 40 trabalhadores rurais, moradores dos acampamentos Francisco Julião, Vítor Manoel e Rosa Luxemburgo, presenciou, na cidade de Uruaçu, a homologação do acordo judicial que permitirá ao Incra ser imitado na posse dos dois imóveis. Felizes, eles estão programando a comemoração do desfecho dos casos. Os processos de desapropriação destes imóveis iniciaram entre os anos de 2008 e 2009.

O superintendente regional, Jorge Tadeu Jatobá Correia, avalia que as decisões favoráveis ao órgão foram vitórias importantes. "Mesmo com a pujança do agronegócio, o Estado de Goiás não prescinde do crescimento da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária", afirma. De acordo com Jorge Tadeu, agricultores familiares e assentados estão vinculados à inclusão produtiva, à melhor distribuição de renda e de avanços econômicos e sociais. Ele considera que este público de produtores tem mais propensão à se dedicar ao fornecimento de alimentos diversificados, com uma matriz agroecológica, e que preserva as riquezas do cerrado.

MST conquista assentamento em área disputada desde a Revolta de Porecatu (PR). Ceres Hadich e Diego Moreira – Site do MST. 25/09/2013

Fruto de décadas de luta pela terra, a antiga Fazenda Quem Sabe, localizada em Centenário do Sul (norte do Paraná), hoje Assentamento Maria Lara representa uma vitória chave dos camponeses da região de Porecatu.

No último dia 21 de setembro, as famílias do MST realizaram o sorteio dos lotes do Assentamento Maria Lara, que contou com representantes do governo municipal, como

o prefeito Luis Nicácio, e servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além do superintendente regional Nilton Bezerra Guedes.

Durante a atividade, as famílias reafirmaram seu compromisso com a Reforma Agrária, ao se comprometerem em construir um processo de transição à agroecologia, produzir alimentos para o auto-sustento e para a sociedade e organizar a geração de renda. Também se destacou a unidade no combate ao arrendamento e venda de lotes, a produção de transgênicos e a recuperação ambiental da área.

A regularização das 40 famílias assentadas, a demarcação dos lotes e o início da produção efetiva no assentamento representa uma conquista significativa da agricultura camponesa frente ao latifúndio e ao agronegócio, e uma herança da luta e da esperança de todos e todas que dedicaram sua vida a essa e outras conquistas, como a própria companheira que leva seu nome no assentamento, Maria Lara*.

Histórico

A fazenda, que nos anos 40 e 50 serviu à produção do café, foi também local de encontro, apoio e organização dos camponeses que levaram à frente a Revolta de Porecatu**.

Anos mais tarde, ela passa às mãos de outra família latifundiária, os Atalla, conhecidos na região pela alta concentração de terras, prática do trabalho análogo ao escravo e baixa produtividade em suas propriedades de cana de açúcar.

Isso motivou a ocupação das terras pelas famílias organizadas pelo MST. Desde o ano de 2005 elas vivem e produzem alimentos no acampamento sediado no centro da fazenda.

Até o ano de 2002, os 479,90 hectares da fazenda estavam destinados ao monocultivo da cana, passando para a produção de milho e soja.

Com a ocupação de 500 famílias do MST, esses cultivos foram substituídos pela cultura camponesa, ao mudarem os rumos da área que levou a uma nova realidade, um território onde se desconcentra a terra e se produz alimentos.

Desde 2011, quase 85% de toda a área cultivável já estava sendo utilizada pelas famílias, que se dedicam ao cultivo de alimentos para o auto-sustento humano e animal (criação de pequenos animais como porcos, galinhas, gado de leite e gado de corte), e também para a geração de renda, com linhas de produção como o café, milho, feijão e leite.

Produção

Segundo o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) construído pelas

próprias famílias, a área orientará sua produção nas linhas de gado leiteiro, fruticultura, olericultura e cafeicultura.

A produção do leite e do café serão destinados às agroindústrias regionais (COPRAN e COANOPI), responsáveis por receber e beneficiar a produção das famílias.

No caso das hortaliças e frutas, a comercialização se destinará principalmente ao mercado institucional, como o Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), além de feiras e mercados locais.

Para organizar a produção e também a captação de recursos e projetos que possam contribuir na estruturação do assentamento, as famílias criaram uma associação comunitária, instrumento que tem por sentido fortalecer o assentamento.

Outra preocupação das famílias é o de cuidado com os recursos naturais. Desde a ocupação da área, as famílias vêm cuidando das nascentes de água, recuperam espaços à reserva legal e à área de preservação permanente, que representam quase 25% do território.

Celebração

No próximo dia 19 de outubro, as famílias assentadas, a militância do MST e autoridades municipais, estaduais e federais irão celebrar a implantação do assentamento, num ato que reunirá assentados e acampados de toda a região, além de apoiadores e amigos.

A expectativa é reunir cerca de 1000 pessoas, para celebrar a conquista e parcelamento dos lotes, a regularização das famílias e emissão dos contratos, a liberação da primeira parcela do fomento, os convênios para a construção das casas e da estrada. Além da entrega de um trator e equipamentos agrícolas, equivalentes à R\$200.000,00, adquiridos por meio de uma emenda parlamentar.

* “Maria Lara lutou, lutou por igualdade, viva o socialismo transformando a sociedade”

Com o anúncio da compra da área pelo Incra e a regularização das famílias acampadas, no início do ano de 2011, a comunidade definiu homenagear uma companheira de luta e trabalho que durante sua vida dedicou-se à organização do MST, e foi pioneira na militância do norte do Paraná.

Maria Lara foi um exemplo de mulher, camponesa e trabalhadora, exemplo de militância e compromisso. Por isso segue presente no sonho das famílias Sem Terra, ao conquistar a terra, nela produzir alimentos e seguir organizados construindo uma nova sociedade.

** “Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram”

Palco de um dos mais sangrentos conflitos armados que o Norte do Paraná já teve registro, o distrito de Vila Progresso, em Centenário do Sul, foi o pivô central da Guerrilha de Porecatu, no final da década de 40.

Pouco divulgado pelos livros de história, o conflito envolveu posseiros de terras, a quem o governo federal havia prometido áreas agrícolas caso desmatassem a região, e grileiros que tentaram se instalar na região sem qualquer respaldo.

Como o governo federal não concedeu os títulos definitivos aos posseiros, houve luta armada com os grileiros que tentaram se aproveitar da situação.

Muitos fazendeiros conseguiram anexar terras dos posseiros às suas propriedades pela influência política, com o apoio dos governadores da época.

Com o conflito generalizado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entrou na luta. Diversos membros incentivaram a luta armada para que os posseiros resistissem e tivessem um pedaço de terra.

A guerrilha de Porecatu envolveu os municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Jaguapitã, Florestópolis e Miraselva.

O conflito se agravou com a entrada da Polícia Militar do Paraná. Intensas emboscadas com mortes foram registradas e muitos comunistas e pequenos agricultores foram presos e torturados para que confessassem a sua participação.

A própria Fazenda Quem Sabe, na época propriedade do engenheiro agrônomo e fazendeiro Aldovrando Magalhães, abrigou o cenário da luta pela terra.

Para saber mais: “Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram”; Marcelo Oikawa. Expressão Popular, 2011.

Plano Safra prevê R\$ 300 milhões para agricultura familiar sul mato-grossense – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/09/2013

Para garantir aumento e proteção da renda da agricultura familiar, acesso à inovação tecnológica e estímulo à produção de alimentos, o Governo Federal anunciou nesta quinta-feira (26), o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 para o estado de Mato Grosso do Sul. O lançamento ocorreu pela manhã, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), em Campo Grande (MS), e reuniu produtores, movimentos sociais e representantes do poder público.

O Plano prevê, com base nos valores contratados nas safras anteriores, a aplicação de R\$ 300 milhões no estado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os números parciais da última safra, mostram o financiamento de 7,8 mil contratos do Pronaf, totalizando aproximadamente R\$ 161,5 milhões. Aumento de cerca de 30% em relação à safra 2011/2012. "Estamos concentrando esforços para na emissão e regularização das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), pois assim

teremos mais pessoas com condições participar", explica o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Mato Grosso do Sul, João Batista dos Santos.

Com mais de 40 mil agricultores familiares, responsáveis por aproximadamente 65% das propriedades rurais no estado, a expectativa é ampliar o acesso às políticas públicas para o setor. "Hoje o produtor familiar tem acesso a seguro de produção, expectativa de comercialização e garantia de venda a preço justo, além de acesso a crédito. Com isso, ele tem cada vez mais condições que produzir", pontua o delegado.

Resultados na vida do produtor

As políticas de comercialização têm peso importante para a agricultura familiar sul mato-grossense. Em 2012, os produtores do estado movimentaram mais de R\$ 12,5 milhões em todas as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e R\$ R\$ 7,5 milhões pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A fim de qualificar ainda mais esta participação, o MDA tem firmado parcerias com os municípios para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Maria Costa, 53 anos, aprova os programas de comercialização. Em 2006, ela criou, junto a outras cinco mulheres, a Associação de Mulheres Rurais e Empreendedoras de Santa Terezinha, no município de Itaporã (MS), com objetivo de aproveitar as goiabas que não eram comercializadas e apodreciam no quintal da casa. Para atender às demandas dos mercados institucionais, o grupo cresceu e ampliou o número de produtos, além de goiaba, a entidade produz milho, quiabo, abóbora, mandioca, entre outros. Os resultados podem ser vistos, segundo ela, na melhoria da qualidade de vida e renda. "Agora todo mundo vai poder mandar os filhos para a faculdade", comemora.

Mais cidadania

O Governo Federal também desenvolve no estado, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ações que visam melhorar o acesso à cidadania dos homens e mulheres do campo. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural já realizou 127 mutirões em Mato Grosso do Sul, atendendo mais de 30 mil mulheres. Por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo), estão pactuadas 790 vagas para cursos técnicos voltados para a área rural no estado. Também foram doadas 262 bibliotecas do Arca da Letras. São quase 55 mil livros distribuídos a comunidades rurais, de acordo com as necessidades locais.

Comissão de Agricultura debate Plano Safra e reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/09/2013

Os ministros do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Antônio Andrade, participaram, na manhã desta quinta-feira (26), de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

do Senado Federal. O debate girou em torno do Plano Safra 2013/2014, Regularização Fundiária e a armazenagem do Brasil.

Pepe Vargas falou sobre as políticas e programas do MDA voltados para os temas, como o investimento de R\$ 39 bilhões do Plano Safra 2013/2014, sendo R\$ 21 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Terra Legal Amazônia.

Ele ressaltou que é importante estimular a abertura de novas agroindústrias e que, para isso, foi aprovada pela Câmara dos Deputados a Medida Provisória 619. “A partir de 1º de janeiro de 2014 o agricultor familiar que registrar sua agroindústria ou atividade agroturística não perderá o direito a sua aposentadoria rural e continuará como segurado especial da Previdência Social”, afirmou.

Regularização

Na avaliação do ministro é importante a abordagem dos temas pela comissão, principalmente em relação à reforma agrária. “Para nós é fundamental dar mais celeridade e segurança para o processo da regularização fundiária”, destacou.

Sobre o Terra Legal, Pepe Vargas anunciou melhorias como o incremento na força de trabalho. “Estamos fazendo um concurso temporário para ampliar o quadro de servidores do Terra Legal. Até janeiro, cerca de 150 servidores a mais trabalharão pelo programa nos estados”, disse.

Ainda sobre as políticas do ministério que impulsionam a agricultura familiar, Pepe destacou o Projeto de Lei 5740/13 que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). “Está pronta para ser votada no Plenário da Câmara. Isso é a evolução dos recursos que a União investe em Ater, principalmente o MDA”, explicou.

CNA quer um observador de Direitos Humanos na operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 27/09/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, quer que o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no norte do Maranhão, seja acompanhado por um observador de direitos humanos, para evitar que se repitam desrespeitos e violações ocorridas na desocupação da Terra Indígena Marãiwátsédé, no Mato Grosso, no final do ano passado.

Foi este o objetivo do ofício enviado pela senadora aos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. No documento, Kátia Abreu afirmou que a CNA não pretende criar nenhum tipo de dificuldade ao cumprimento de qualquer ordem judicial, mas apenas defender o direito dos pequenos agricultores que já vivem em situação de miséria na região.

“Na condição de presidente da instituição que representa boa parte das mais de mil famílias que serão retiradas da área demarcada, cumpro o dever de zelar pelo respeito aos direitos desses agricultores”, destacou a senadora. No ofício, ela também solicita acesso ao plano de reassentamento das famílias não indígenas que serão retiradas da Terra Awá-Guajá. “A CNA não pode se eximir da responsabilidade de acompanhar este processo”.

De acordo com o próprio ministro da Justiça, a desintrusão ocorrerá ainda este ano. A CNA tem pressa porque considera inaceitável a repetição do modelo empregado na Terra Indígena Marãiwátsédé. Depois da desocupação da vila de Suiá-Missu, grande parte de seus quase sete mil habitantes não índios que perderam suas casas passaram a viver em barracos de lona e em condições degradantes.

Até o responsável pelo Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, Bruno Renato Nascimento Teixeira, reconhece que houve violação de direitos durante a operação militar de desintrusão. Foi o que o próprio ouvidor declarou durante audiência pública realizada em 21 de agosto passado na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

“Temos a convicção de que os direitos humanos têm sido violados, sim”, afirmou Teixeira aos deputados. Na audiência, ele foi taxativo ao afirmar que “hoje, temos a convicção de que o formato utilizado não foi o melhor. Outros processos de desintrusão ocorrerão no nosso País. E esperamos que esse passivo produzido a partir desses processos não ocorra”.

No depoimento, o ouvidor concluiu que “o processo não saiu nos formatos que dialogassem com uma conduta que observasse algumas questões relacionadas a direitos humanos, em especial a que diz respeito aos grupos mais vulneráveis — crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência”. É o que se quer evitar agora.

TJ suspende liminar de reintegração de posse em área invadida em Serrana – Folha de São Paulo, Cotidiano. 27/09/2013

O Tribunal de Justiça de São Paulo deferiu pedido do Ministério Público Estadual para suspender a liminar de reintegração de posse da fazenda Martinópolis em Serrana (313 km de São Paulo), onde estão acampadas famílias sem terra. A reintegração seria cumprida nesta sexta-feira (27).

Estão na área cerca de 350 famílias, segundo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Os sem-terra montaram há cinco anos um acampamento no local, chamado de Alexandra Kollontai, às margens da rodovia Abraão Assed. A área está ligada à usina Martinópolis.

O Alexandra Kollontai está instalado em um terreno na ponta da fazenda, às margens da rodovia, mas, ao longo desses anos, por oito vezes os sem-terra também montaram acampamento no interior da fazenda.

Segundo Frederico Firmiano, um dos coordenadores estaduais do MST, a ideia de erguer barracos de lona também dentro da fazenda é uma forma de pressionar o Estado a agilizar o processo de reforma agrária.

Os sem-terra reivindicam a fazenda para formação de um assentamento --líderes do MST alegam que a usina Martinópolis têm uma "dívida impagável" com o Estado, de R\$ 300 milhões em ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

A liminar com pedido de reintegração de posse foi concedida pela Justiça de Serrana no dia 9 de setembro e o cumprimento estava previsto para esta sexta-feira.

No agravo feito pelo Ministério Público ao TJ, a Promotoria alega que não foi ouvida pela Justiça da cidade.

A reportagem tentou ouvir representantes da usina Martinópolis, mas eles não foram localizados nesta sexta.

RO: Terra Legal entregou mais de 200 títulos em faixa de fronteira – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/09/2013

Produtores rurais de São Francisco do Guaporé (RO) foram contemplados com o título definitivo de suas propriedades. A entrega dos 231 títulos de posse, que asseguram aos agricultores acesso às políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, foi realizada na quinta-feira (26) por meio do Programa Terra Legal Amazônia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para o secretário extraordinário de regularização fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Lopes, a entrega dos títulos definitivos é resultado do esforço coletivo do MDA, dos governos estadual, municipal e movimentos sociais. “O Programa Terra Legal tem obtido bons resultados em Rondônia pela boa parceria que estamos construindo com os diversos atores da regularização fundiária. Sem este apoio o trabalho seria bem mais difícil”, afirmou ao lembrar que muitos agricultores titulados pelo programa estão há mais de 20 anos esperando o documento de posse da terra.

Com o documento emitido pelo MDA os agricultores familiares têm maior segurança jurídica, uma vez que o Governo Federal reconhece o direito dele sobre a propriedade. Além disso, o título também é porta de entrada para políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Habitação Rural. Ainda é possível utilizar o título da terra como garantia para financiamento de crédito rural junto a instituições financeiras.

Um diferencial da ação em São Francisco do Guaporé, é que o município está dentro da faixa de fronteira - área de 150 km paralela à linha divisória do território nacional. A localização torna o processo de titulação mais complexo já que exige aprovação por parte do Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Programa Terra Legal Amazônia visa regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para redução do desmatamento e aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como manutenção da área de preservação permanente ou reflorestamento de áreas desmatadas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa